

---

## Funcionários contestam bloqueio de aumento em Portugal

Tribunais portuguesas começaram a receber, esta semana, as primeiras ações contra o bloqueio das progressões automáticas salariais do funcionalismo público. O Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado (STE) pediu ao Tribunal Administrativo de Lisboa que “reconheça aos trabalhadores o direito à progressão uma vez que o tempo congelado não foi revogado mas meramente suspenso”. Assim, argumenta o sindicato, o tempo durante o qual decorreu o congelamento das progressões entre setembro de 2005 e dezembro de 2007 deve contar “para todos os efeitos legais” da progressão na carreira. As informações são do *Diário de Notícias*.

As ações representam quase 200 mil trabalhadores das carreiras técnicas e administrativas. A lógica dos trabalhadores é simples. Uma vez que o regime anterior previa a progressão na carreira ao fim de três anos (a suspensão disso durou dois anos e três meses), quase todos os funcionários públicos portugueses hoje já cumpriram o prazo necessário para progressão, ainda segundo as regras antigas.

Mas o antigo regime ainda está em vigor? Essa é a grande questão que separa governo e sindicatos. Houve uma nova norma na lei sobre as mudanças de escalão de remunerações pública.

Para o Sindicato dos Quadros Técnicos do Estado, o tempo em que as carreiras estiveram congeladas deve ser levado em conta. “Os trabalhadores já foram suficientemente prejudicados ao verem adiados os aumentos salariais a que tinham direito”, diz o sindicalista Bettencourt Picanço.

O Sindicato dos Trabalhadores da Função Pública do Sul e Açores não vai tão longe. Apenas requer da Justiça que seja levado em conta o período entre 1º de janeiro e a data em que entrar em vigor a nova legislação. Por essa lógica, sustenta, todos os funcionários que em setembro de 2005 estivessem à beira de atingirem os três anos para progressão teriam direito agora a subir na carreira.

### Date Created

22/02/2008